

Governos autônomos na Amazônia norte-ocidental peruana: reflexões a partir dos cinco anos do Governo Territorial Autônomo da Nação Wampís (GTANW)¹

Autonomous governments in Peru's northwestern Amazon: reflections from five years of the Autonomous Territorial Government of the Wampís Nation (GTANW)

Leandro Bonecini de Almeida²

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v21i46.797>

Resumo: As nações originárias na Amazônia lutam para garantir as condições de reprodução da vida, das necessidades materiais às cosmologias ancestrais, subjetiva e sensivelmente corporificadas. As famílias e lideranças da Nação Wampís organizam o Governo Territorial Autônomo da Nação Wampís (GTANW) em resistência à expansão da dominação de agentes econômicos e políticos de diferentes escalas. A construção de experiências sociais como a autonomia wampís nos demonstra seu potencial em estabelecer limites para a destruição da vida nas florestas amazônicas. Se projetam para além de seu território integral sob uma perspectiva global, interessados nas questões da humanidade, animados pela herança ancestral da visão do *Tarimat Pujut* (vida plena ou bem viver). Este artigo apresenta o contexto histórico dos conflitos e resistências da Nação Wampís na Amazônia peruana para defesa e realização de sua autonomia territorial, das práticas cotidianas à organização política formal.

Palavras-chave: Amazônia; Nação Wampís; autonomia; governo autônomo; extrativismo.

Abstract: Original nations in the Amazon struggle to guarantee the conditions for the reproduction of life, from material needs to subjectively and sensitively

¹ O presente artigo é parte da tese “A reconstrução da autonomia territorial das nações originárias ao noroeste da Amazônia peruana: o Governo Territorial Autônomo da Nação Wampís” e resultado da pesquisa de doutorado realizada no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), possível pelo financiamento das instituições públicas de fomento: Programa de Demanda Social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e Bolsa de Doutorado Sanduíche (no exterior) da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

² Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil.

embodied ancestral cosmologies. The families of the Wampís Nation organize their Wampís Autonomous Territorial Government (GTANW) in resistance to the expanding domination of economic and political agents of different scales. The construction of social alternatives such as Wampís autonomy demonstrates their potential to establish limits to the destruction of life in the Amazon forests, from where they project themselves beyond their integral territory from a global perspective, animated by the ancestral heritage of the Tarimat Pujut (full life or good living) vision. This article presents the historical context of the Wampís Nation’s conflicts in the Peruvian Amazon for the defense and realization of their territorial autonomy, from everyday practices to formal political organization.

Keywords: Amazon; Wampís Nation; autonomy; autonomous government; extractivism.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é síntese parcial dos trabalhos de pesquisa, ensino, extensão e assessoria realizados entre 2019 e 2020 no território do povo ou nação Wampís, que em 2015 fez pública sua decisão de formar o Governo Territorial Autônomo da Nação Wampís (GTANW). Este é o primeiro autogoverno declarado na Amazônia peruana, fenômeno resultado de longos e variados processos, seja da história da Nação Wampís segundo sua rica literatura oral, da historiografia oficial da República e dos variados conflitos que compõem a relação entre as dezenas de povos indígenas no Peru e além das suas fronteiras. A contribuição original deste trabalho está em analisar algumas das ações de exercício da autonomia da Nação Wampís por meio do seu governo autônomo a partir da sua fundação em 2015.

Primeiramente veremos uma síntese histórica dada a anterioridade da existência da Nação Wampís frente a instituição social Estado e como se transformou tal relação. A seção seguinte destaca o período entre 1990 e 2015, quando as ações coletivas wampís elaboram os princípios de território integral e governo autônomo, enquanto são assediados por diversas frentes de colonização, como a Guerra do Cenepa, o Fujimorismo e as ofensivas neoliberais e extrativistas dos governos seguintes que levaram aos trágicos eventos conhecidos como “Baguazo” em 2009. Posteriormente serão abordados os atos do GTANW, como exercícios de realização da autonomia territorial da Nação Wampís, entre 2015 e meados de 2021.

Os desafios e potências da autonomia das nações originárias na América Latina – entre elas a Nação Wampís – nos indicam um complexo cenário de

aprendizados e horizontes de futuro, que demandam das ciências sociais reflexão, compromisso e responsabilidade. Tais ensinamentos são próprios dos sistemas de conhecimentos milenares que coexistem com as florestas, as águas, desertos, cordilheiras, terras e territórios de desenvolvimentos radicalmente diversos aos da hegemonia do capitalismo em sua pulsão expansiva e colonial. As demandas profundas, e portanto radicais, das autonomias indígenas apontam para a necessária transformação dos Estados nacionais e suas instituições ao ponto de sua extinção, refundação, ou a transformação do Estado e do Pacto Social. Porém, existe tal pacto?

A população atual do território integral da Nação Wampís é de aproximadamente 17.000 habitantes – desconsideradas as pessoas wampís vivendo em outras regiões do país³ – segundo os dados obtidos pelo autor junto ao GTANW em um censo autônomo⁴ experimental realizado entre janeiro e fevereiro de 2020 em comunidades no Rio Kanús (NONINGO, 2021a, p. 43). Esta pesquisa intercultural identificou uma diferença de 30% na população das comunidades visitadas em relação aos dados publicados pelo “Instituto Nacional de Estadística e Información” no Censo de 2017 (INEI, 2018). A partir desta fonte se realizou uma projeção aproximada para as 85 comunidades wampís, 22 das quais são tituladas pelo estado peruano. A Nação Wampís está localizada em duas “regiones” ou estados do Peru, Amazonas e Loreto: no primeiro a leste dos Andes, na Província Condorcanqui, Distrito Rio Santiago, Bacia do Kanús; no segundo, província de Datem Maraón, distrito Morona, na bacia do Rio Kankaim. Entre ambos rios está a cordilheira andina-amazônica Kampankias Murari, coluna cosmológica e territorial da Nação Wampís. A extensão territorial ocupada é de 1.327.770 hectares, dos quais apenas 400 mil estão titulados, aproximadamente 33% do território integral (NONINGO; BARCLAY, 2021, p. 572), o restante é de ocupação tradicional. Está região é reconhecida pela sua grande biodiversidade (PITMAN et al., 2012), seu valor para a humanidade e os equilíbrios ecológicos: a floresta é para os Wampís

³ Segundo o GTANW (2021) há um número conhecido de wampís que habitam fora do território integral, por razões de trabalho e estudo, especialmente nas seguintes cidades: Lima (22) Piura (5), Trujillo (38), Jaén (18), Chiclayo (28) e Chachapoyas (14).

⁴ Estes dados serão publicados em breve, para demonstrar as discrepâncias do censo oficial, e debater sobre seus efeitos para as nações originárias e as questões referentes a soberania de dados. O Censo 2017 do Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI, 2018) informa uma população de 10.677 habitantes, registrados em 67 comunidades.

“la base de nuestra cultura, de nuestra sabiduría y de la construcción de nuestro propio sistema de vida” (NONINGO, 2021a, p. 44). Como afirmou um jovem wampís, durante a XII Assembleia Geral da Nação Wampís, em novembro de 2019:

Me siento orgulloso de ser Wampís, no porque lo que algún extraño puede haber dicho. Es decir, el espíritu combatiente a los 7 mil años de nuestra nación frente a los ojos de la globalización, durante tantos siglos va por la vía de la libertad. Nuestra lucha es contra los problemas reales, no imaginarios. Luchamos contra la pobreza y por falta de dignidad humana. [...] Un espacio para plantar semillas y recoger resultados, a formar el valor, los derechos y ideales Wampís. La codicia de las potencias mundiales se queda con lo perecedero, con lo que pasa, con lo que desaparece, con el instante. Y en medio de eso el Pueblo Wampís busca lo que no pasa, lo que perdura, lo que no cambia. Es categorizar, como si fuéramos científicos incorporando nuestra experiencia en la filosofía, el que sostiene el ánimo del pensamiento, sostiene lo más pesado. El Cerro de Kampankis y el Cerro de Tuntanain es la piel nuestra, la responsabilidad, el primer y mejor aliado de la Nación Wampís. Preveo un gran futuro, en que la nueva generación unirá su capacidad y nuestra fuerza moral, su riqueza nuestra prudencia, su potencia nuestra determinación. Que la Nación Wampís imponga por el mundo el respeto, no solo por su moral, sino por su civilización. (J. C. Chumpik, em 12/11/2019, registro do autor).

A liberdade da Nação Wampís e o exercício da sua autonomia se manifesta na fundação do Governo Territorial Autônomo da Nação Wampís (GTANW) em 29 de novembro de 2015, que constantemente reúne em assembleias as autoridades comunitárias, políticas e espirituais, “comuneros”, jovens, e sábios *waimakus*. Nestes encontros além da apresentação, discussão e reflexão sobre temas gerais, são também momentos de denúncia, de poesia e reflexão, se compartilha comida e bebida, se faz festa e dança.

2 SÍNTESE HISTÓRICA DA MODERNIDADE DA NAÇÃO WAMPÍS

A história da Nação Wampís, assim como outros povos que habitam os territórios amazônicos invadidos, racializados e colonizados por sociedades de Europa e Ocidente, foi e segue sendo invisibilizada pelas narrativas hegemônicas das nações que tem em seu devir a determinação do Estado e o capitalismo. Portanto, é preciso fazer este reconto do processo histórico e da memória coletiva do povo wampís (PÉREZ; DELGADO, 2019), fundamental para a compreensão da

sua experiência humana e social. Esta invisibilização compõem as relações entre culturas e suas práticas de poder, desequilíbrios mutáveis de forças a serem melhor compreendidos na história pluricultural do tempo presente.

Segundo Noningo e Barclay (2021, p. 573) os Wampís resistiram a conquista do reino mochica da costa norte em 600 d.C e posteriormente aos assédios do império Inca em finais do século XV (REGAN, 2010), resistiram sistematicamente a colonização espanhola, usando lanças (*nanki*), escudos (*tantar*) entre outras táticas de guerra⁵. Nesses conflitos intermitentes era e segue sendo comum a aliança Wampís com as nações Awajún, Shuar e Achuar, povos que conformam a família linguística e cultural Jívaro⁶.

Em 1564 Alonso de Alvarado funda a primeira vila ou cidade espanhola em território Wampís, chamada “Santiago de la Montaña”, que no século XVI havia se tornado sede das operações políticas da repressão espanhola, atualmente território da Comunidade de San Juan, no Baixo Kanús. Foi o Pamuk ou “Abuelo” Kirup (PÉREZ; DELGADO, 2019; NONINGO, 2020) quem comandou o ataque a esta localidade, no ano de 1599, culminando na morte do seu governador. Este evento ficou conhecido como Levantamento Jívaro, o que levou a destruição e esvaziamento das sedes coloniais da região. Esta fase é conhecida como das confederações militares interétnicas (PÉREZ; DELGADO, 2019), que realizaram ataques simultâneos, coordenados e esporádicos, impedindo a sedimentação dos colonizadores em uma “fronteira de guerra” (GARRA; RIOL GALA, 2014) mantida até os séculos XVIII e XIX.

Durante a colônia a região correspondeu ao Governo de Bracamoros, fundada pelo interesse espanhol na exploração aurífera. As terras eram designadas

⁵ Segundo conta uma liderança Wampís uma destas técnicas de guerra era a pintura completa do corpo do guerreiro com a tinta negra extraída da planta *Suwa* (“huito” ou jenipapo): nome feminino Wampís, irmã de Ipák (“achiote” ou Urucum) na mitologia Wampís.

⁶ Existe uma discordância sinalizada pelos Shuar, no Equador, sobre a denominação “Jívaro”, por sua conotação e origem colonial e racista. Os primeiros registros coloniais no século XVI utilizam os nomes “Giuarra”, “Xíbaro” como castelhanização da palavra “Shuar” ou shuara, que significa “pessoa”. Mais recentemente, a partir na colonização na década de 1960, o Estado e missionários cristãos passam a referi-se aos “Huambisas”, derivação do etnônimo “Wampís”. Por isso se propõe usar para o conjunto de nações a designação “Aénts Chicham” (DESHOULLIÈRE; UTITIAJ PAATI, 2019). O GTANW não se posicionou publicamente sobre este tema (BARCLAY, 2020, p. 268).

a autoridades imperiais responsáveis pelas “encomiendas” de exploração de trabalho indígena para extração de recursos. No século XVII, após a expulsão do jesuítas do Peru pela Coroa Espanhola em 1768, diminui a influência das missões e assentamentos coloniais sobre a região entre o Cenapa, Marañón e Corrientes. A bacia do Santiago tinha se tornado mais segura para refugiar-se (SURRELLÉS; RIOL GALA; GARRA, 2017).

Segundo Pérez e Delgado (2019) o *Pamuk* era o homem que obteve a visão para sua realização, que ao cumprir-se se lhe confere poder espiritual, físico, da palavra (*chicham*) e a capacidade liderar as ações de guerra. Porém tal poder não é permanente e deve ser adquirido novamente. Como ressalta o Pamuk Wrays Pérez, as alianças e estratégias de luta, defesa e resistência wampís em seu território se deram entre os *shuar* (iguais), com os *apach* (outros), assim como com as entidades míticas e oníricas da cosmologia wampís, com temor, por sofrimento e emoções que transcendem e transitam entre mundos. Este trânsito da consciência é experimentado na escala sensível do corpo pela rígida dieta e purgação que antecede o consumo de plantas sagradas que dão força, visão e poder, da interpretação de imagens e mensagens oníricas, que figuram em narrativas socializadas no âmbito da família ampliada, formando cadeias de potência e devir.

A República fundada em 28 de julho de 1821 não resolveu as graves consequências dos mais de trezentos anos de colonização. Desde 1810 se identifica uma crise institucional do império espanhol e em 1812 é promulgada a Constituição de Cádiz, que impõe reformas administrativas e políticas, o que afetou os governos coloniais da América. Segundo (SEMINARIO, 2015) neste contexto se instauram uma sequência de batalhas e guerras no Peru, causando a diminuição da extração de prata e escassez de mercúrio, sobretudo a guerra da Independência até 1826 e contra a Gran Colombia (1828-1829). A fundação do Equador fez crescer a disputa por terras na fronteira com o Peru, o que ocorreria em diferentes confrontos bélicos: 1857; 1941; 1981; e 1995.

O auge das borrachas (“gomas”) acontece entre 1880 e 1914, entre golpes de estado e guerras com países vizinhos, houve uma corrida e migração para extração da “shiringa” (*havea brasiliensis*). Segundo Pérez e Delgado (2019) é a partir da década de 1930 que novos agentes invasores e comerciantes entram no território wampís para explorar a extração de couros e peles de animais silvestres. Em início

do século XX são vários os registros de ataques furtivos ao “caucheros” (seringalistas) nos rios Marañón, Kanus e Kankaim. Segundo Pérez e Delgado (2019) em 1925 se estabelece um grupo de missionários da Igreja Nazarena, e em 1947 do Instituto Linguístico de Verão (ILV), ambos dedicados a educação, alfabetização e a tradução da Bíblia para os idiomas Awajún e Wampís com apoio do Estado peruano durante a ditadura do general Manuel Arturo Odría (1948-1956). Os jesuítas, expulsos no século XVII, voltaram a se estabelecer a partir de 1949. Entre 1940 e 1960 se deu a intensificação da exploração da borracha (“caucho” ou *shiringa*), da caça de animais para venda de peles e carne, afetando a soberania e segurança alimentar das famílias wampís.

A disputa territorial entre o Peru e o Equador foi retomada em 1941 quando tropas equatorianas teriam atacado comunidades jívaras nas proximidades do Alto Santiago, supostamente para conter investidas do exército peruano, causando um grande número de mortes. O governo equatoriano mantinha a intenção de chegar aos rios Marañón e Amazonas, sendo acusado pelo Peru de estabelecer bases clandestinas e assim violar seu território e o “status quo”. Finda a guerra, em janeiro de 1942 foi assinado o “Procolo de Paz, Amistad y Limites de Rio de Janeiro”, favorável as reivindicações peruanas.

Os conflitos estado-nacionais entre Peru e Equador levaram a militarização da fronteira, o que atraiu a migração de colonos de Cajamarca e Piura. A relação entre militares e colonos com os wampís foi trágica, pois causaram inúmeras violações e abusos, especialmente lembrados aqueles perpetrados contra mulheres e crianças. Esta situação levou a que diferentes líderes wampís, como Sharian e Tsamarain, organizassem ataques aos militares. Os diálogos feitos pelo autor em território wampís demonstram incertezas sobre datas e detalhes, porém Pérez e Delgado (2019) afirmam ter sido em 1943 o ano em que Sharian fora capturado e fuzilado em uma cova cavada no “Batallón de Infatería de Selva” (BIS) n. 25, Guarnição de “Teniente Pinglo”, no encontro dos rios Santiago e Marañón.

Porém, interrompidos por ora os enfrentamentos bélicos, outros de ordem ideológica seguiriam, pela autorização dada em 1945 pelo Ministério da Educação, para que o Instituto Linguístico de Verão (ILV) ou “Summer institute of Linguistics” (SIL) - fundado em 1934, com sede em Dalas, Texas – desse início aos seus trabalhos de investigação linguística, tradução da

bíblia, e atividades de formação de professores e lideranças bilíngues. Neste ponto, discordo de Romio (2014) – quando atribui a esta ação a virtude da “lengua y cultura peruana” – seja pela dimensão estrangeira da agência evangelizadora ou pelo colonialismo interno a que está associado ou “sino también para manejar la producción y la exportación de bienes de consumo, el comercio de madera, cacao y pieles, así como el aprendizaje de un lenguaje de comunicación y de estructuración política nuevo” (ROMIO, 2014, p. 5).

A partir de meados do século XX as estratégias de colonização da Amazônia mudaram com a expansão das vias terrestres até Santa Maria de Nieva em territórios Awajún, maiores fluxos comerciais e migratórios, a concentração das famílias nas primeiras comunidades às margens dos rios e nelas instaladas as primeiras escolas financiadas pelo Estado, impondo práticas educacionais e conhecimentos, assim como programas e projetos governamentais que tiveram consequências negativas na sociedade wampís. A exploração de minerais e combustíveis fósseis e o seu transporte por meio do Oleoduto Norperuano foi acompanhada das políticas de “fronteiras vivas” para controlar os territórios fronteiriços, por meios de projetos de colonização e criação de povoados em regiões tomadas como “vazios”, prática recorrente em outros países, como é o caso do Brasil.

Entre las décadas de 1960 y 1970, principalmente durante el gobierno del general Velasco Alvarado, ingresó una nueva oleada de colonos debido a la exploración de petróleo en la zona de Putuim y Piuntza, en el río Santiago. Una vez terminada la construcción del oleoducto norperuano, muchos de los obreros se quedaron en la zona como agricultores o comerciantes. (PÉREZ; DELGADO, 2019, p. 126).

Durante o primeiro governo do presidente Fernando Belaúnde Terry (1963-1968) ocorreu o início da construção de um aeroporto que invadiu o território ancestral wampís contíguo a comunidade Puerto Galilea. Nesta época os colonos buscaram formalizar a Cooperativa Inca Pachucotec, sob liderança de César López Jiménez (PÉREZ; DELGADO, 2019, p. 127). Com a outorga da Lei das Comunidades Nativas e de Desenvolvimento Agrário da Selva e Franja de Selva, de 1974⁷, ocorre a demarcação e titulação de “comunidades nativas” e “reservas comunais”, que

⁷ Esta lei foi alterada em 1978, passando a reconhecer as florestas como patrimônios do Estado, o que segundo Gómez (2019) e Regan (2010) proíbe a titulação dos espaços de floresta como parte das comunidades reconhecidas pelo Estado.

ordenam relativamente a ocupação de colonos e empresas (GARRA; RIOL GALA, 2014), mediante “projetos de assentamento rural”:

Artículo 3º.-Se entiende por asentamiento rural el establecimiento organizado de personas dedicadas al aprovechamiento integral e integrado de los recursos naturales renovables, mediante sistemas de producción que maximicen la rentabilidad social, económica y ecológica y aseguren un adecuado acondicionamiento del territorio. Los proyectos de asentamiento rural se ejecutarán de acuerdo a Planes Regionales de Desarrollo. (REPÚBLICA DO PERU, 1978).

A primeira organização indígena wampís e awajun o “Consejo Aguaruna y Huambisa” (CAH), é fundada em 1977⁸, e segundo Garra e Riol Gala (2014) se organizou em forma de federação constituída pelos representantes das comunidades das principais bacias. Seus objetivos principais eram quatro (PÉREZ; DELGADO, 2019): a formulação de políticas de conscientização sobre os direitos territoriais inerentes a titulação e ampliação dos territórios comunais; a defesa ativa do meio ambiente e dos recursos naturais; a defesa dos direitos próprios ou consuetudinários; e finalmente, garantir a realização e participação nas políticas de educação intercultural bilíngue e saúde intercultural. Durante os primeiros anos de atuação do CAH, sua estratégia foi titular “comunidades nativas” e desde então foram reconhecidas e titulados 448.238 hectares, sem incluir as hinterlândias e montanhas. Esta forma de titulação deixou interstícios, supostos vazios entre o “arquipélago” de comunidades, o que representou uma vulnerabilidade explorada por colonos migrantes que tentavam se estabelecer abrindo áreas para cultivo de arroz e criação de animais com o fim de tomar posse da terra trabalhada. Argumento para a fundamentar a expropriação (i)legítima reconhecida por autoridades agrárias e juízes, o que conhecemos como grilagem de terras.

A fundação do CAH em 1977 é um momento importante da paz entre os povos Awajun e Wampís e de apropriação, seja do idioma e da linguagem colonial, da inserção na política institucional, dos aparatos jurídicos e organizacionais

⁸ Mais exatamente em 25 de maio de 1977 (PÉREZ; DELGADO, 2019, p. 128), sendo seu registro público inscrito na cidade de Chachapoyas, capital do departamento Amazonas. Os Wampís se retirariam do CAH na década de 1990 (BARCLAY, 2020). Para Garra e Riol Gala (2014) este processo de fragmentação ocorre desde finais da década de 1980, gerando organizações locais, por uma “necessidade” de autonomia dos grupos locais, segundo suas alianças distribuídas nas bacias, rios, quebradas e comunidades.

apach. Puderam se posicionar frente a migração de agricultores da costa e dos andes vindos sobretudo de Cajamarca e San Martín, e também a interesses transnacionais. Romio (2014) conclui que as transformações geradas no contexto das organizações indígenas mudaram as condições de atenção às práticas espirituais, cosmopolíticas, dos direitos e práticas de justiça consuetudinária para obter reconhecimento e legitimidade de liderança. Portanto, desde então, se manifesta um paralelismo diante das inspirações políticas, da profissionalização, alfabetização e práticas diárias de negociação com a sociedade mestiça peruana. Tal tipificação das transformações das relações sociais afirma haver diminuído relativamente o fortalecimento espiritual como condição para o exercício das lideranças legítimas, o que alteraria a natureza do surgimento de líderes guerreiros, em vias de maior estabilidade, institucional e dos conflitos de fronteira.

No ano de 1984 colonos andinos ou “serranos” se estabeleceram na localidade Achu, na quebrada Yutupis, invadindo o território wampís. Contudo, a organização wampis e awajun do Baixo Santiago conseguiu que se retirassem pacificamente: “sin embargo, por denuncias y acusaciones, dos líderes fueron encarcelados: Juan Nuningo Puwai y Jose Yacum Tuits. Luego de poco más de una semana, ambos fueron liberados” (PÉREZ; DELGADO, 2019, p. 128)

Segundo o especialista Awajún em cartografia amazônica, Ermeto Tuesta Cerrón (2021), foram três estratégias de para formação de territórios indígenas a partir de 1974. A primeira estratégia de formalização de territórios foi a agrupação e titulação de comunidades nativas. A segunda estratégia é associar as comunidades nativas a áreas naturais protegidas e de conservação. A terceira estratégia se trata da iniciativa de autodemarcação e zonificação autônomas de territórios integrais, em oposição aos espaços superficiais e poligonais titulados como comunidades nativas, proposta realizada a partir da mobilização de “Coordinadora Regional de los Pueblos Indígenas de San Lorenzo” (CORPI-SL) na década de 1990.

3 OS ANTECEDENTES DA FUNDAÇÃO DO GTANW: 1990-2015

Como resultado da fragmentação da aliança awajún e wampís, em 1992 foi criada a subseção do CAH (GÓMEZ, 2019; PÉREZ; DELGADO, 2019) na comunidade Chapiza. Surge também a “Federación de Comunidades Nativas del Río Santiago” (Feconarsa), que em 1994, se tornaria a Federação de Comunidades Huambisa do

Rio Santiago (Fecohrsa), organização transformada em sede do governo de bacia do GTANW quando da sua fundação.

O advogado e educador awajún, Gil Inoach Shawit, lembra como os problemas antes resolvidos segundo os meios próprios das culturas amazônicas passaram a ser judicializados por intermediação dos colonizadores que intervinham “más por clientelismo que por carisma, de tal suerte que la autonomía jurisdiccional tradicional perdía su valor resolutivo” (INOACH SHAWIT, 2021, p. 63). Por exemplo, em 1997 a comunidade de Villa Gonzalo se posiciona por retomar as terras ocupadas pela Cooperativa Inca Pachacutec, o que levou ao enfrentamento com colonos assentados no território wampís. Como consequência três dirigentes wampís foram processados e encarcerados (PÉREZ; DELGADO, 2019).

O golpe de Estado do Fujimorismo em 1992 substituiu as autonomias dos governos regionais (estaduais) por secretarias e autoridades definidas por “confiança” do governo central, instalando-se as secretarias regionais. Os princípios de inalienabilidade e não embargabilidade dos direitos territoriais das comunidades nativas foram anulados, restando apenas o dispositivo da imprescritibilidade (BARCLAY, 2020; TUESTA, 2021), o que representou uma ameaça: “El ritmo de titulación de comunidades nativas empezó a disminuir desde el año 1994 bajando a su mínima expresión en el año 1995 con sólo 2 comunidades tituladas en toda la provincia de Alto Amazonas.” (INOACH SHAWIT, 2021, p. 180).

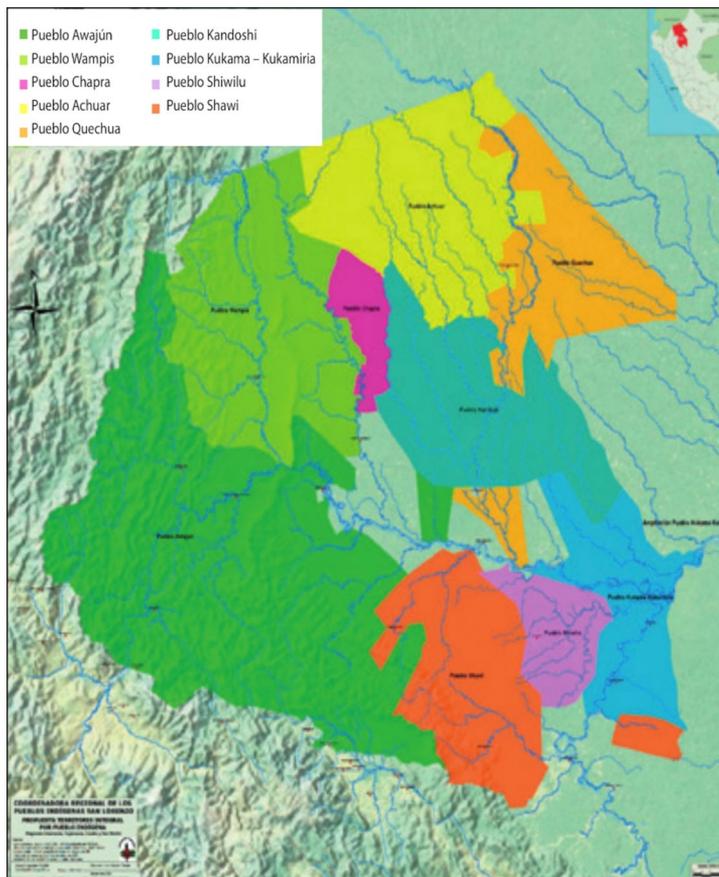
Na década de 1990 o Estado peruano, em uma radical posição neoliberal, é mobilizado no sentido de desmontar o regime de terras comunais, capitalizar as terras e territórios amazônicos, por meio da tentativa de expropriação das áreas não tituladas, supondo seu abandono ou ausência de ocupação, e portanto, estas estariam ao dispor de um mercado de terras ou zonas de concessão para atividades extrativas.

El proceso iniciado con la llamada “Guerra del Cenepa” (enero-marzo 1995) entre Ecuador y Perú, que concluyó con un Acuerdo de Paz Definitivo, firmado por ambos países en octubre de 1998, vino a modificar el paradigma geopolítico peruano con relación a la frontera norte, lo que incidió en la naturaleza del relacionamiento entre el Estado peruano y los pueblos Wampís y Awajún. (NONINGO; BARCLAY, 2021, p. 576).

A CORPI-SL, a partir de 1995, articula as reivindicações sobre os territórios ancestrais na medida em que se fortalecem as assembleias dos nove povos que reúne. Em janeiro de 1996 os povos awajun, wampis, achuar, shawi, chapra,

candozi, kukama-kukamiria, shiwilu e quechua do Rio Pastaza decidem recuperar e defender seus territórios ancestrais através da autodemarcação (PÉREZ; DELGADO, 2019) de cada uma das nações originárias (Figura 1), da definição dos limites e fronteiras territoriais entre estas e “sentar las bases para un ordenamiento territorial para la gestión de los recursos desde la visión indígena de cada pueblo” (TUESTA, 2021, p. 65).

Figura 1 – Territórios integrais autodemarcados das nações originárias da Amazônia norte-ocidental



Fonte: Tuesta (2021, p. 67).

Após a Guerra do Cenepa, que se deu entre janeiro e março de 1995, os acordos de paz incluíam a constituição de um parque nacional nos territórios

ancestrais da Cordilheira do Condor (*Wichinkat ou Winchinkin Mura*, em Wampís), uma das áreas de maior biodiversidade do planeta (PITMAN *et al.*, 2012). A assinatura dos acordos de Paz entre o Peru e Equador, ratificado em 1998, teve como consequência a elaboração dos Planos Binacionais, com uma série de projetos de integração, entre eles uma estrada- “Eje Vial 5”- paralela ao Rio Kanús sobre território wampís. Outro exemplo, é o da Zona de Reserva Santiago Comaina (ZRSC), criada em 21 de janeiro de 1999 (Decreto Supremo nº 005-99-AG e D.S. nº 029-2000-AG), que se sobrepõe ao “Cerro Kampankis”, objeto de contínua disputa⁹.

Acerca da (re)categorização enquanto “área natural protegida” o GTANW reitera a solicitação de anulação destes decretos. Gómez (2019, p. 197) se equivoca quando diz que a ZRSC foi “concesionada em 2004 em porcentajes a la Minera Afrodita S.A.C”. Na verdade se refere a outra área, o Parque Nacional Ichigkat Muja – Cordillera del Cóndor, a noroeste do território wampís. Em 2007 a área consensualizada foi reduzida arbitrariamente após quatro anos de negociações, de 152.873,76 mil hectares para 88.477 mil hectares, sem prévia consulta aos povos awajún e wampís (BARCLAY; GARCÍA HIERRO; PALOMINO, 2009), e continua sendo disputada¹⁰.

O Estado, no ano de 2006, aprovou o Lote Petrolero 116, sobrepondo a Cordilheira de Tuntanain, território ancestral compartilhado pelos Awajun e Wampís, já atingidos pela passagem do Oleoduto Norperuano. Também o Lote Petrolero 64, fora concessionado sem consulta e/ou consentimento, causando conflitos irreconciliáveis.

La concesión del lote petrolero 64 en 1995 a Atlantic Richfield Perú Inc. (ARCO) no pasó por un proceso de Consulta Previa por parte del Estado a pesar de la vigencia del convenio 169-OIT y de la constante insistencia de los pueblos achuar y wampis (Chirif y Barclay, 2019, pp.15-17). Asimismo, el lote 116, concesionado en 2006 a Hocol Peru SAC tampoco ha pasado por un proceso de consulta con estos pueblos. (GÓMEZ, 2019, p. 201).

⁹ Ver “La Nación Wampis rechaza la pretensión de SERNANP de expropiarle Kampankias” (GTANW), disponível em: <https://nacionwampis.com/la-nacion-wampis-rechaza-la-pretension-de-sernanp-de-expropiarle-kampankias/>

¹⁰ Ver: “Pueblo Awajún resiste a nuevo embate de minera Afrodita” (SERVINDI), disponível em: <https://www.servindi.org/actualidad-noticias/13/02/2020/pueblo-awajun-resiste-nueva-amenaza-de-minera-afrodita>.

Finalmente, dada a condição de “comunidades nativas” tituladas, os setores não titulados entre as comunidades foram convertidas em “zona reservada por categorizar”, incluindo a Cordilheira Kampankias Mura, considerada coluna ou coração do território Wampís, o que representou uma ameaça real a integridade do território e grave insegurança jurídica. Este conjunto de ações ostensivas, de ataques políticos e legislativos foi tomado por muitos Wampís como uma tentativa do Estado de colonizá-los ou mesmo destruí-los (BARCLAY; SANTOS-GRANERO, 2010; NONINGO; BARCLAY, 2021). Um artifício de legalização do arbítrio da expropriação, próprio da ilegalidade normalizada pelo Estado, se dá justamente na sobreposição de regimes de direitos sobre a terra, segundo Barclay e Noningo S. (NONINGO; BARCLAY, 2021, p. 578) “servidumbres superficiales, áreas protegidas, bosques de producción, concesiones mineras y petroleras”, ou concessões florestais.

Segundo Pérez e Delgado (2019) a relação com o Estado foi majoritariamente de “baixa intensidade” até os eventos do “Baguazo” em 2009, mesmo após os combates na fronteira, o Falso Paquisha (1981) e Cenepa (1995). Em maio de 2008, durante o governo de Alan García Pérez (2006-2011), foram emitidos dezenas de decretos legislativos para atender as exigências para a ratificação do Tratado de Livre Comércio (TLC) com Estados Unidos (GÓMEZ, 2019). Destacam-se os decretos que reduziram a 50% mais um o quórum para que as comunidades nativas e camponesas dos Andes e Amazônia pudessem alterar os regimes de uso das terras comunais. No dia 5 de junho de 2009, uma mobilização interétnica se dirigiu a Santa Maria de Nieva e Bagua, a fim de exigir a retirada dos decretos. Parte importante dos convocados, dos povos awajún e wampís, se deslocou para tomar as instalações do posto de bombeamento do Oleoduto Norperuano, a “Estación 6” – Ver Figura 4 – enquanto outro contingente ocupou a estrada Fernando Belaúnde Terry na altura da “Curva del Diablo” onde foram atacados por forças policiais armadas. O saldo foi de 33 pessoas mortas e aproximadamente 200 feridos. No dia 19 de junho o Congresso revogou os decretos legislativos e a greve indígena terminou após três meses de mobilizações. Longe de representar uma vitória, este evento traumático impôs a necessidade de redefinição da relação com o Estado, porém não pode ser tomado como causa da consequente fundação do GTANW.

É por esta série de atropelos e abusos aos direitos coletivos – apesar da Lei de Consulta Prévia de 2011, dos tratados e legislações nacionais e internacionais que respaldam a autodeterminação dos povos indígenas- que os wampís, por meio

do GTANW, decidiram não aderir a consultas e titulações. Outras organizações¹¹, resultado das alianças interétnicas, criadas após o “Baguazo” foram o “Consejo Especial Permanente de los Pueblos Indígenas Awajun y Wampís (CEPAW), que tinha entre seus objetivos a mútua defesa dos seus direitos e das lideranças processadas, e a “Organización de Pueblos Indígenas Wampis y Awajún del Kanus” (OPIWAK), que segundo Gómez (2019) deriva da subsede de CAH em Chapiza.

Porém, mais esta aliança interétnica não prosperou, seja pelo faccionalismo entre autoridades em suas bases de apoio comunitário e/ou pela pressão exercida e o divisionismo operado pelos agentes do Estado e o diverso espectro de agentes econômicos legais e ilegais. Assim, após retirar-se do CAH, os wampís decidem por outra estratégia, diferente das federações de bacia ou organizações regionais, reforçando a defesa da integridade do seu território enquanto nação originária.

Neste contexto a dimensão da identidade cultural se transforma em núcleo da agência política, não apenas como discurso para adesão de alianças externas, senão como forma de reconstrução das relações e sentidos de comunidade e unidade entre as famílias distribuídas pelas bacias dos rios Kanús e Kankaim. Daí emanam os sistemas de conhecimentos, princípios éticos e filosóficos para a manutenção da convivência sustentável com seu território integral, Iña Wampisti Nunke. O Estado falha em muitos sentidos, seja na elaboração das políticas públicas setoriais ou no arbítrio sobre as ações, projetos e sentidos de desenvolvimento nacional, regional e local a partir do dispositivo lógico e jurídico de poder organizador da normalização da titularidade, ou seja, da propriedade.

4 AS AÇÕES E REFLEXÕES DA AUTONOMIA DO GTANW (2015-2021)

Das várias agendas do GTANW podemos identificar algumas prioritárias. No ano de 2015 se inicia a elaboração do estatuto de governo autônomo, validado pela comunidade wampís em uma assembleia realizada entre os dias 28 e 30 de junho de 2015, em “Nueva Alegría”. Nesta reunião foram organizadas comissões

¹¹ “La comunidad de Soledad en el río Santiago es la sede de la organización de base la Federación de Comunidades Huambisas del río Santiago (FECOHRSA). La comunidad de Chapiza es la sede de la Organización de Pueblos Indígenas Wampis y Awajún del Kanus (OPIWAK). Nueva Alegría en el río Morona es sede de OSHDEM. La comunidad de Chapis es la sede de la Organización de Pueblos Indígenas del Sector Marañón (ORPISEM)” (PITMAN *et al.*, 2012)

responsáveis por socializar o estatuto nas comunidades da Nação Wampís por meio de diversas assembleias comunitárias. A fundação do GTANW ocorreu no dia 29 de novembro de 2015, na comunidade de Soledad, Rio Kanús. Desde então foram realizadas negociações e diálogos com os assentamentos de “mestizos”, com as bases e postos de vigilância militar. De acordo com o Estatuto do GTANW, o governo é instituído em diferentes níveis hierárquicos, e as determinações coletivas têm um papel central na tomada de decisões.

El estatuto autonómico de la Nación Wampís es un instrumento técnico político de gobierno y gobernanza socio territorial que contempla como estructura básica: el *Uun Iruntramu* (una suerte de congreso), compuesto de 96 *lirunin* o representantes de las comunidades, es el órgano supremo del GTANW, Gobierno Ejecutivo Central de Cuenca (*Takatan Chichamrin*), Gobierno de cuencas con su máxima autoridad *Matsatkamu Iruntramu* y Gobierno Comunal. Con posterioridad se ha iniciado la adecuación de los estatutos comunales para conciliarlos y armonizar con la estructura, roles y atribuciones del GTANW y sus gobiernos de cuenca. (NONINGO; BARCLAY, 2021, p. 579).

O estado de guerra excepcional nas sociedades jívaras é tão permanente quanto a capacidade dos grupos, famílias ou clãs, de afirmar sua autonomia umas em relação às outras. Segundo Pierre Clastres (2004, p. 184) a capacidade de manter a relação estrutural de hostilidade (dissuasão) e a capacidade de resistência efetiva às incursões dos outros (rechaçar um ataque), em suma, a capacidade guerreira de cada grupo é a condição de sua autonomia. Segundo Gómez (2019) não haveria uma sociedade contra o Estado, senão uma que, diante da imposição do Estado, aprende a produzir respostas criativas a partir da estrutura imposta, sem deixar de expressar sua própria ontologia, segundo uma “lectura política colectiva por parte de los líderes indígenas wampis que sigue construyéndose” (GÓMEZ, 2019, p. 195).

As categorias ancestrais de autoridade são alcançadas por virtudes e habilidades na guerra, através da visão e poder obtidos pelo uso de *Natem* (ayahuasca), *Mikut ou maikua* (“toé”, floripôndio, *Datura arborea* ou *suaveolens*), extrato mastigado de *Tsaan* (tabaco) que permitem o contato e comunicação com espíritos de poder: “he sings ‘soul-songs’ (anent) to the Arutam, calling on the spirit to take pity on him and to materialize” (TAYLOR, 1993, p. 660). Circulam os cantos cósmicos Anent, os compromissos e ações coletivas formando a geográfica de alianças

e redes hidro-relacionais (rios, “quebradas”, bacias e sub-bacias) e toponímicas nas cadeias de montanhas, veredas e caminhos antigos, determinantes da substancialidade das relações ampliadas de parentesco em fronteiras internas e interétnicas nas quais os limites territoriais são estabelecidos (GARRA; RIOL GALA, 2014, p. 54).

São meios de reconhecimento social da necessidade circunstancial de tal liderança incorporada de poder e visão. Os *kakaram* (guerreiros), *waimaku* (sábios e sabias) e *pamuk* são líderes políticos, este último considerado o guerreiro experiente em batalhas, acompanhado dos conselhos políticos e espirituais do *waisram*: “Efectivamente, era la asamblea de los pamuk la que decretaba cuáles de los jóvenes que se declaraban waimaku eran dignos de participar a la expedición de guerra, y por lo tanto de pasar al estatus de kakajam” (ROMIO, 2014, p. 145). Espaços, lugares, seres e divindades são considerados dimensões da realidade significada por antroponímias éticas e topônimos ideológicos- e todos os serem que os habita, dotados de consciência e agência. *Entsa*, é o espaço aquático; *Nunka*, é o espaço na terra e do subsolo onde estão os seres vivos, seres humanos, animais e plantas; *Nayaim*, é o espaço no céu onde vive *Etsa* (Sol), as *Yaas* (estrelas), o *Nantu* (Lua, masculino): “Todos esses espaços estão vivos e dependem um do outro. Nossa nação e seu povo fazem parte deste território” (GTANW, 2015, p. 15).

A primeira portaria (“Ordenanza” n. 001-2015) do GTANW elucida sobre três dimensões constitutivas do território integral: a) a comunidade de vida que vincula espiritualmente homens e mulheres ao sagrado *Arutam*, seus ancestrais, e os seres além de humanos, *Tsunki*, *Nunkui*, *Shakai* e *Mikut*; b) os recursos ou “bondades da natureza” – em “dependencia mutua” (NONINGO, 2021a)- sustentam a reprodução da vida material, entendidos parcialmente como o solo, a flora e fauna, a água em todas suas formas e o seres que nela habitam, o espaço físico dos fenômenos da natureza; c) as memórias e conhecimentos inscritos no espaço natural-social, registros orgânicos na floresta (*ikam*) identificados em um “Mapa Histórico Cultural da Nação Wampís” e na Zonificação Autônoma interna, retomada adiante.

Una clase particular de estos espíritus son los *ajutap* o *arutam*, esencias poderosas y ancestrales cuyo contacto e incorporación confiere fuerza y bienestar a los vivos. Estos espíritus se concentran fundamentalmente en las partes altas de los cerros, y los lugares propicios para entrar en contacto

con ellos son las cascadas (tunas) que descienden de estos relieves. Cerros y montañas, por lo tanto, constituyen una doble frontera: ontológica, ya que constituyen el paso de una selva ‘domesticada’ a un universo desconocido poblado por personas y espíritus poderosos y peligrosos, e interétnica, puesto que constituyen los límites geográficos de un tipo de relación marcado por la reciprocidad, y el inicio de un ‘más allá’ donde vive un Otro humano idéntico a Nosotros. (GARRA; RIOL GALA, 2014, p. 57).

O Arutam pode ser manifestar de muitas maneiras, em animais ou seres antropomórficos (GARCÍA-RENDUELES, 1999): “macacos noturnos” (Arutam Kúji), mariposas, espíritos e demônios (*Iwanch*¹²), tigres (*Yawá*), do pássaro *Kuraráip*, serpentes e a sucurí (*boa* em espanhol ou *Panki* em Wampís), Cupins (*Kámau*), raios (*Chárip*) e faíscas do céu (*Payar*, que talvez se refira aos cometas ou corpos celestes), vaga-lumes (*Ikajnumanch*), terremotos e movimentos da terra (*Uu*), *Tsúnkis* (seres aquáticos antropomórficos), *Újumak* (cabeça humana com enormes presas), *Uyúsh* (bicho-preguiça ou “oso perezoso”), *Tsukanka* (tucano), entre outras, sendo as possibilidades do tamanho da floresta. Os variados estados emocionais e sociais, como sofrimento, ódio, ignorância, amor, (in)justiça se comunicam a Arutam, e tal ato de busca de poder e visão é em si um princípio ético wampís.

Nesta seção serão tratadas as simultâneas ações multiescalares do GTANW - algo pouco abordado na literatura – enquanto exercício da autonomia Wampís. Para Wrays Pérez a autonomia é composta de uma dimensão comunal, de controle do território para o bem das comunidades e fortalecimento dos vínculos socioculturais alcançados pelo consenso da Nação Wampís em debates intercomunitários que constroem um futuro comum. As ações recentes de exercício da autonomia da Nação Wampís realizadas pelo GTANW podem ser tipificadas e organizadas – na Figura 2 – em quatro grupos: I) Políticas Internas de Autonomia; II) Relações internacionais, interétnicas e plurinacionais (entre alianças e disputas); III) Relações com o Estado e agentes privados; IV) Extrativismos locais/regionais ilegais.

¹² Curiosamente um relato, de Juan de Velasco em 1789, atribui ao “Iwanchi” o seguinte significado: “es la otra especie de oso [urso], que sólo se ve en climas muy calientes, como el Marañón. Es más alto de cuerpo que cuantos he visto en Europa; pero mucho más delgado, todo negro sin un pelo de otro color. Abre camino por los cerrados bosques, quebrando ramas: nunca se sienta, sino acomodando antes una especie de silla de ramas u hojas; y tiene los pies tan semejantes a los del hombre, que se equivocan las huellas” (VELASCO, 1789, p. 114). É possível supor que se trate da animalização de um humano, diferente de Velasco, ou da compilação de um relato de “história natural”, que não admite demônios, seres homínídeos ou demasiado humanos.

4.1 Políticas internas de autonomia

A continuidade e amadurecimento das agendas dos primeiros anos do GTANW evidenciam a preocupação pela estabilidade da transição de autoridades, que opera a nível interpessoal e nas dinâmicas de poder público de caráter social, baseado na articulação entre comunidades e bacias que compõem a Nação Wampís (GÓMEZ, 2019). Internamente se enfatiza a importância da condução adequada, justa e democrática para criação de capacidades, especialmente dirigida aos jovens que assumirão a liderança. As Políticas Internas de Autonomia são o maior desafio do GTANW para o autogoverno. Destacam-se que esta estrutura formal em construção é resultado de elaborações intelectuais, de sábias e sábios *waimakus*, portadores de poder e visão, autoridades da cosmopolítica wampís. As Assembleias Gerais ou *Uún Irúntramu*, todas as reuniões e mobilizações fazem convergir vontades sobre as ações coletivas para resolução de conflitos internos ou intercomunitárias.

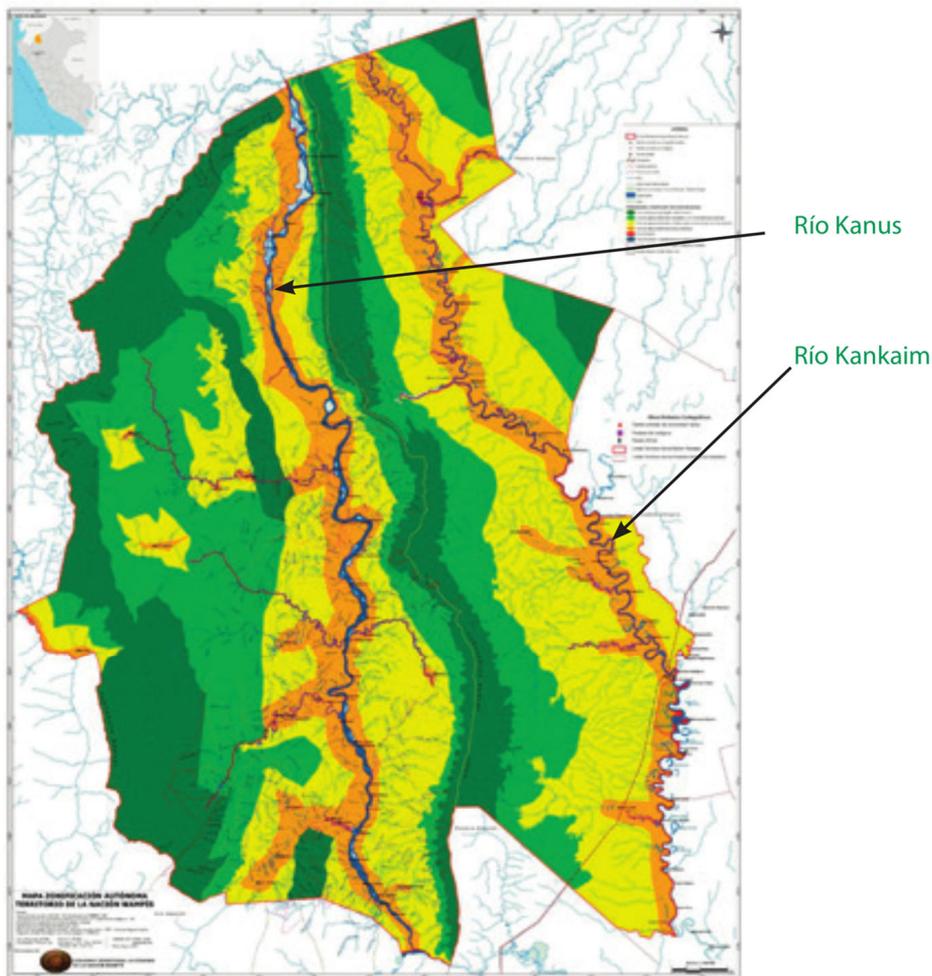
As lideranças formalmente instituídas realizaram a autodemarcação territorial, primeiro no Mapa Histórico-Cultural da Nação Wampís, que contém indicações da ocupação ancestral, toponímias e elementos da relação da sociedade wampís com a floresta para fundamentação política, jurídica e antropológica da sua autonomia. Em seguida foi feita a “zonificação autônoma a partir da visão indígena¹³” (TUESTA, 2021, p. 68) para o ordenamento territorial da Nação Wampís (Figura 3). A importância da representação espacial dos territórios indígenas está segundo Tuesta (2021) no diagnóstico da territorialização e a formalização dos limites para a titulação de propriedade, assegurados os direitos preexistentes ao próprio Estado. Sinaliza também os limites para exploração de recursos e extrativismos, favorece a resolução de conflitos internos, reafirma o direito consuetudinário a livre determinação, além de permitir um planejamento de projetos e ações.

Entre 16 e 19 de março de 2016 acontece a “II Cumbre Wampís” na comunidade de Soledad, evento no qual se instalou o primeiro parlamento dos *Irunin* da Nação Wampís. Em seguida, Gil Inoach, advogado awajun e assessor de “Peru

¹³ Foram definidas seis tipos zonas: 1) zona de acesso e uso restrito; 2) zona de aproveitamento esporádico; 3) zona de aproveitamento múltiplo e de transmissão de conhecimentos; 4) zona de aproveitamento socioeconômico; 5) zonas de ribeira; 6) zona de pesca e repovoamento de espécies aquáticas.

Equidad¹⁴, foi responsável pela capacitação dos *Irunin*, dos diretores e demais autoridades eleitas e nomeadas do GTANW acerca de questões relativas a natureza e estrutura do governo autônomo wampís, suas funções e os instrumentos técnicos disponíveis (PÉREZ; DELGADO, 2019, p. 132).

Figura 3 – Zonificação autônoma do território integral da Nação Wampís



Fonte: Tuesta (2021, p. 72).

¹⁴ Destaca-se a colaboração, desde janeiro de 2016, do GTANW com Peru Equidad, Centro de Políticas Públicas y Derechos Humanos. Este convênio esteve e segue destinado a assessoria técnica e administrativa do GTANW, sobretudo pela experiência adquirida desta organização nas questões judiciais do Povo Achuar frente ao Estado.

Fica evidente, como afirmam Pérez e Delgado (2019), que alguns membros da Federação de Comunidades Awajún de Santiago (FECAS) – que se opuseram a formação do GTANW – seguem antagonizando com a autonomia wampís, devido a seus interesses pela mineração aurífera e comércio de madeira. São utilizadas, quiçá mutuamente, táticas de difamação e maledicência, que levam a tensões e conflitos interétnicos. Por esta razão o GTANW, em sua “IV Cumbre de la Nación Wampís”, em novembro de 2016, organiza uma comissão dedicada a garantir a “unidade política”, identificando precocemente a difusão de difamações. Organiza também comitês comunais de controle interno e vigilância comunitária.

Foi também durante a IV Assembleia da Nação Wampís, em que se elaborou o documento orientador chamado “Pacto Sociopolítico, Acuerdos y Compromisos para la Preservación, Conservación y Protección de los Bosques y la Naturaleza”, texto fundamental do qual derivam outras elaborações teórico-políticas originais do pensamento wampís, como o “Plan de Manejo Integral de los Territorios y Bosques”, “que contiene los principios de uso y conservación y que constituye la política general e institucional del GTANW en el cual se sientan las bases filosóficas, culturales y el sistema de prácticas de cuidado” (GTANW, 2021). Está em construção atualmente o Regime Especial (Ilikam Arantusa Takatai¹⁵), com requisitos mínimos para o aproveitamento e cuidado das terras e territórios wampís, considerados como “bondades da natureza” (NONINGO, 2021b), e a interrupção de práticas destrutivas.

Outras ações internas de governo e educação se deram na elaboração do Plano Comum de Futuro resultado da participação popular de moradores e autoridades das duas bacias; a realização do I Congresso de Mulheres Wampís para discutir questões sensíveis da vida das mulheres, suas pautas específicas e gerais, para redução das violências de gênero e do machismo estrutural próprio da modernidade colonial patriarcal. Uma ação prioritária é a formação e a profissionalização de “talentos humanos” em diferentes áreas: sobre mudanças climáticas e contaminação; a fundação da Escola de Formação de Líderes Sharian¹⁶

¹⁵ Que pode ser traduzido, livremente e sob responsabilidade do autor, como “uso responsável/respeitável da floresta”.

¹⁶ Segundo o Diretor de Política do GTANW, Juan Noningo, os objetivos da formação de jovens líderes é “fortalecer los conocimientos de los jóvenes en los asuntos de defensas legales, en cuando digamos, defensa del territorio, defensa del medio ambiente, defensa de derechos colectivos, para que los jóvenes tengan conocimiento y aprendan defender sus territorios en la generación,

e a escola de comunicadores comunitários, parte da política autônoma de comunicação, sobretudo por meio da Rádio Tuntui Wampís – 94.7 FM – e imprensa escrita comunitária (Jornal Nakumak).

O GTANW realizou oficinas de capacitação de promotores de saúde para as bacias Kanús e Kankaim, entre os dias 14, 15 e 16 de agosto de 2020, com participação de aliados shuar e achuar. Esta ação se dá após a declaração do território integral da Nação Wampís como “Hospital Natural”, para organização de um sistema de saúde próprio e o enfrentamento da pandemia em território wampís, por meio da realização de atividades de sensibilização e prevenção nas comunidades do Kanús e Kankaim. Ainda no mês de agosto, diante do pedido feito pelo GTANW o “alcalde” ou prefeito do Distrito Rio Santiago, Marcial Petsa, se recusou informar o balanço das atividades e orçamentos executados pela sua gestão entre 2019 e 2020. A população reclama por serviços públicos, péssimos ou inexistentes, seja em termos do acesso à energia, água, saneamento, ausentes também obras ou projetos dirigidos aos interesses da população. Trata-se de uma questão de governabilidade e representatividade.

Foi eleito um novo Waisram do Kanus na data de 28 de outubro de 2020, pelo fim do mandato de Gerónimo Petsain Yacum. O eleito, José Petsain Sunka, quem anteriormente ocupava o cargo de diretor de transporte e comunicações do GTANW, tem como seu vice, ou Waisrama Ayatke, Jose Shimpukat, da comunidade de Cucuasa. José Petsain será Waisram de Kanus entre 2020 e 2024, seguindo o princípio político “Tarimiat Shuarti Iruntramu Wampistiniu” – o que poderia ser traduzido por “O Bem do Povo pela Assembleia Wampís”- que determina punição àquele que falha diante da decisão coletiva.

No dia 21 de março de 2021 ocorreram, nas bacias dos rios Kanús e Kankaim, as primeiras eleições gerais do Governo Territorial Autônomo da Nação Wampís (GTANW), que resultou na nomeação de Teófilo Kukush Paati como Pamuk (presidente) e Galois Flores Pizango como Pamuka Ayatke (vice-presidente), para

y así mismo es también para que ellos asuman algunas responsabilidades en el funcionamiento de Nación Wampís. Por lo tanto estamos promoviendo la capacitación de los jóvenes, de tanto de Río Santiago y de Morona, entre varones y mujeres. Para que conozcan ellos las leyes que protegen a nuestro territorio. Porque ellos en el futuro van asumir algunas responsabilidades en funcionamiento de Nación Wampís. Para ellos específicamente es la formación de jóvenes”, entrevista realizada em 16 de outubro de 2019, por Leonel Panquiez/GTANW Comunicações.

o período 2021-2025. Este acontecimento histórico é resultado da soberania popular e organização da Nação Wampís e seu governo autônomo, por meio do seu Jurado Eleitoral (*Usuikartin*) que registrou as participações de 2.232 cidadãos wampís, 1.558 votos válidos, sendo 1.160 votos para a chapa Etsa, e 398 votos para Mikut, além de 102 votos nulos e 572 votos em branco.

O Pamuk Teófilo Kukush convocou, entre os dias 12 e 15 de junho, uma assembleia para tratar sobre as mobilizações do “Comando Covid Wampís”, além de selecionar os candidatos wampís que concorrerão as próximas eleições municipais no Distrito Santiago. No ano de 2021 foram realizadas eleições presidenciais no Peru, chegando a “segunda vuelta” (turno) os candidatos Pedro Castillo e Keiko Fujimori (“Fuerza Popular”). Mesmo antes da declaração do resultado final, as forças aliadas a Fujimori difundiam falsas acusações acerca da integridade do processo eleitoral, especialmente sobre as urnas localizadas no interior do país, em comunidades indígenas e camponesas. Esta evidente postura racista e colonialista, tenta retirar dos povos indígenas o direito a manifestação política na sociedade nacional. Em resposta, o GTANW se pronunciou em rechaço as intenções de anular os votos – livres e voluntários- recolhidos em seu território. Neste sentido, o GTANW se posiciona a favor de uma nova Constituição Política que reconheça o Peru como país plurinacional, formado por várias nações originárias e indígenas, para a justiça e reparação histórica no marco dos 200 anos da República, marcada por racismo, classismo e colonialismo.

4.2 Relações internacionais, interétnicas e plurinacionais

As relações internacionais ou pluriculturais abrangem diferentes espectros políticos das relações estabelecidas pela Nação Wampís. O nível externo enfatiza a conquista do reconhecimento da autonomia da Nação Wampís pelo Estado, o relacionamento com a sociedade nacional, instituições supranacionais, assim como outras autonomias no mundo. Ações coletivas em face a nações que hegemonomizam o Estado-nação, e a República Peruana, suas instituições, fronteiras e territorializações historicamente determinadas pela colonização, sejam estes de nível ministerial, regional, provincial ou distrital.

Este conjunto de ações se expandem a alianças com organizações nacionais e internacionais dedicadas a cooperação com povos indígenas, a preservação florestal

e cultural da amazônia, entidades como: “International Rivers”; “Rainforest Foundation Norway”; “Peru Equidad”; “Forest People Programme”; “Cultural Survival”; “Nia Tero”; “Cuencas Sagradas: Territórios para la vida (Peru-Ecuador)”. Uma questão importante levantada por Pérez e Delgado (2019) se refere a auto-suficiência econômica do GTANW, a fim de alcançar a consolidação da sua autonomia. Portanto, o GTANW propõe ações de caráter produtivo e de solidariedade que permitam seguir rumo ao Tarimat Pujut ou buen vivir:

El proyecto colectivo que persigue el gobierno autónomo es proteger la integridad física, psicológica y espiritual de cada persona wampis, así como la integridad de la diversidad biológica que alberga este territorio, porque la mejora de vida del pueblo wampis depende de su abundancia y su calidad. (PÉREZ; DELGADO, 2019, p. 136).

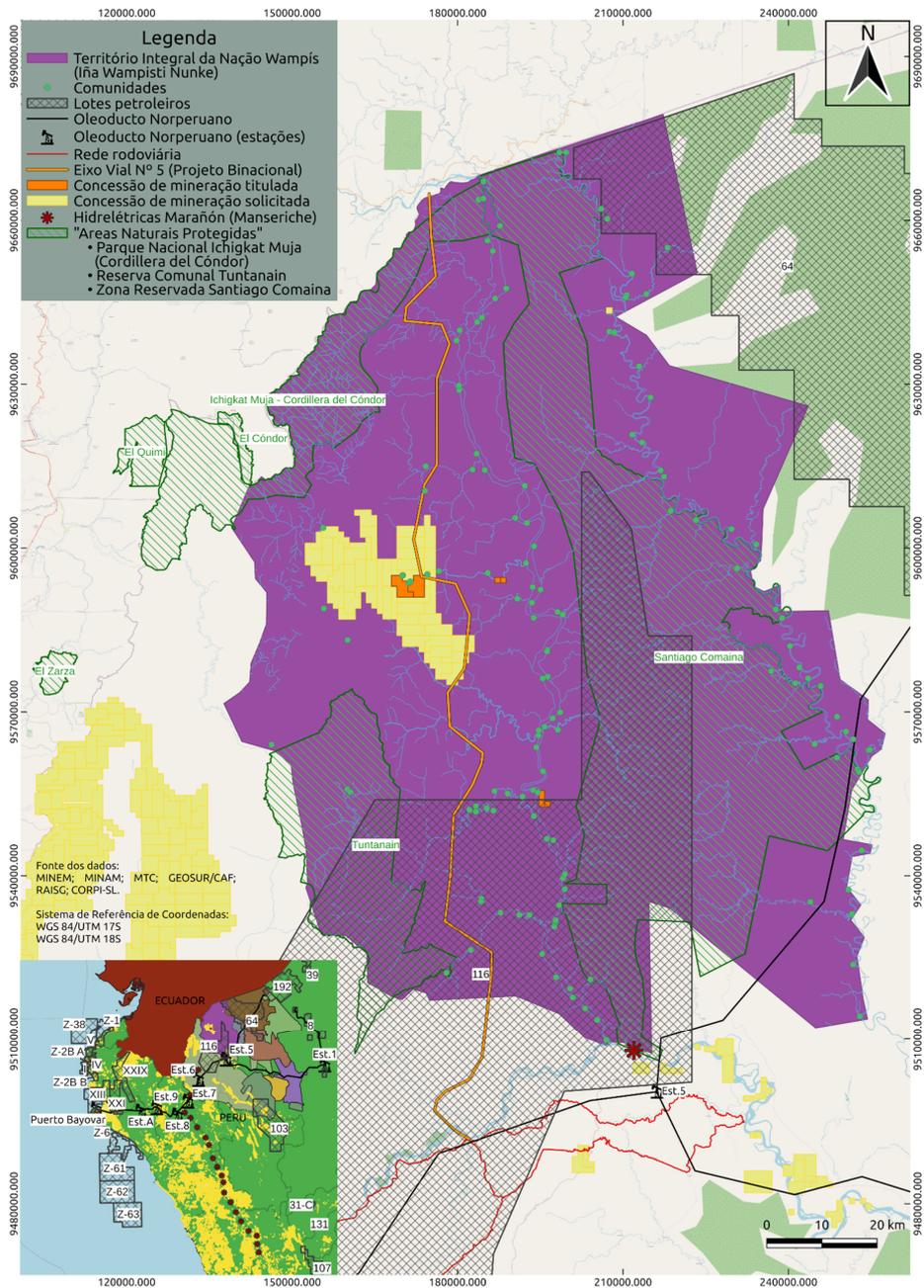
Se dão nas agendas comuns e negociações com outras nações originárias da Amazônia e do mundo, com as Nações Awajún, Achuar, Shuar (Equador), a Coordenadora Regional dos Povos Indígenas de San Lorenzo (CORPI-SL), a Organização Regional de Povos Indígenas da Amazônia Norte do Perú (ORPIAN-P), os Inuit (Groenlândia), a autonomia do País de Gales, os Misak (Colômbia). Em agosto de 2019, em Súcua (Equador) o GTANW firmou um manifesto público¹⁷ junto ao Conselho de Governo do Povo Shuar Arutam (CGPSHA) do Equador para o compromisso de manutenção da unidade entre os Shuar e os Wampís na defesa dos direitos coletivos, da autonomia e autodeterminação.

4.3 Relações com o Estado e agentes capitalistas privados

Outro conjunto de ações políticas do GTANW diz respeito à interpelação da interseção entre Estado e Capital, as concessões para exploração de recursos naturais, “commodities” para exportação, extrativismos de larga escala e projetos de infraestrutura para vias de transportes terrestres e fluvial, dezenas de barragens projetadas no vale do Rio Marañón; os lotes petroleiros 116 e 64 sobrepostos ao território Wampís para extração de petróleo e gás, os oleodutos e postos de bombeamento, uma estrada binacional entre Peru e Equador, que pretende cortar a floresta em paralelo a margem direita do Río *Kanus* (ver Figura 4), assim como da contaminação e outros efeitos gerados por estas ações, que são também políticas.

¹⁷ Ver o “Manifiesto Público del Pueblo Shuar Arutam (PSHA) y el Gobierno Territorial Autónomo de la Nación Wampís (GTANW)”, disponível em: https://nacionwampis.com/wp-content/uploads/2020/10/Pronunciamento-PSHA_GTANW-Agosto-2019.pdf

Figura 4 – Conflitos e territorialidades extrativistas do Estado e Capital



Fonte: Elaboração própria (fonte de dados: MINEM; MINAM; MTC; GOSUR/CAF; RAISG; CORPI-SL).

Em 2016 aconteceu o derramamento de petróleo na Comunidade de Mayuriaga, o que levou o GTANW a realizar uma denúncia direcionada a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em função da contaminação causada pelas operações do Oleoduto NorPeruano. A Nação Wampís por meio do GTANW manifesta a sua vontade de anulação de todos os lotes petrolíferos que se sobrepõe a territórios ancestrais de nações originárias. Entre estes, no caso wampís, se encontram o Lote 64 e o Lote 116. Esta posição vem em resposta as intenções de retomada das atividades no Lote 64, localizado ao nordeste do território integral Wampís, afetando também o povo Achuar. Em reunião realizada em 28 de julho de 2021, na comunidade nativa de Nazaret, Bacia do Kankaim (Morona), se expressaram preocupações sobre esta atividade extrativa, pois segundo entendem, não geram desenvolvimento positivo para seu povo. Pelo contrário, após 40 anos de operação de Petroperu na Amazônia, não há mais que contaminação e cooptação, algo averso ao Tarimat Pujut. Não houve melhora na oferta de empregos, na saúde, educação, que seriam contrapartidas mínimas esperadas. O GTANW tratará de elaborar o expediente técnico e jurídico para solicitar a anulação definitiva do Lote 64. Junto ao Governo de Bacia – *Matsakamu Irúntramu* - do Morona, dirigido pelo recém-eleito Waisram, Arturo Mashingashi, se compromete a formular projetos produtivos que diminuam a insegurança das comunidades do Rio Kankaim. Assim como feito no Kanús, se decide pelo fechamento da fronteira na área do Rio Kankaim para evitar a expansão da pandemia e das atividade ilegais.

Podemos considerar neste grupo as disputadas relacionadas às normas e leis nacionais garantes da expropriação. A oposição da Nação Wampís aos “lobbies” e corporativismos jurídico-políticos de adequação da legislação à segurança jurídica para os investimentos de capitais – especialmente os transnacionais – e os tratados de liberalização das economias, mercantilização da vida e das riquezas dos territórios das nações originárias. Ademais, existem ações do Estado em curso que debilitam a integridade territorial da Nação Wampís por meio da (re) categorização da Cordilheira Kampankis, o que é considerado pelos wampís como um ato colonial e racista. Durante a pandemia de Covid-19 e a luta contra a invasão de madeireiros ilegais o “Servicio Nacional de Áreas Naturales Protegidas por el Estado” (SERNANP) realiza procedimentos para categorização de Kampankias Murari e a Zona de Reserva Santiago Comaina.

Uma ênfase dada, e reiterada na comunicação direcionada a sociedade peruana e internacional é de que o sistema de governo territorial da Nação Wampís contribui aos desafios colocados pela crise social e ecológica do planeta, e como consequência das práticas de cuidado da floresta a Nação Wampís contribui para a humanidade com os bosques existentes na extensão de aproximadamente 1 milhão 327 mil hectares, especialmente na Cordilheira de Kampankis que é um ponto focal (“hotspot”) da biodiversidade amazônica.

Após a transferência de cargos entre o Pamuk, Wrays Pérez Remírez, e o Pamuk Teófilo Kukush, nos dias 20 a 23 de abril de 2021 se deram debates relativos a tentativa de categorização da Cordilheira de Kampankis. Segundo o GTANW, o SERNANP recebera fundos de “Andes Amazon Fund”, instituição acusada de práticas danosas ao impor a categorização de Áreas Naturais Protegidas (ANP), como ocorreu no caso do Parque Nacional Yaguas, afetando aos povos Yagua, Huitoto e Kichwa. Neste cenário o GTANW decide recusar as pretensões do Estado de assediar seu território ao categorizá-lo indevidamente, visto que afetam a integridade territorial, a identidade socio-cultural e a autonomia da Nação Wampís. Portanto, o GTANW, decide solicitar a anulação do Decreto Supremo (n. 005-99-AG) que criou a Zona Reservada Santiago Comaina – sobreposta a Cordilheira Kampankias Murari – em 21 de janeiro de 1999 e os decretos derivados (D.S. n. 029-2000-AG).

Nesta reunião, outra determinação política foi tomada, a de participar das eleições regionais e municipais. Seis potenciais candidatos se apresentaram publicamente para concorrer pelo GTANW a municipalidade do Distrito Rio Santiago, cada qual pôde expor suas intenções e planos para governar, a fim de convencer a população sobre sua postura e compromisso. Em consonância com este tema a reunião serviu para a socialização do documento “Políticas Generales de Relacionamiento con el Estado y su instrumento operativo”, o Protocolo de Relacionamiento, que foi apresentado pelo advogado awajún, Gil Inoach – responsável pela assistência técnica e legal do GTANW – para avaliação de todos participantes, futura redação e aprovação democrática.

O GTANW reunido durante os dias 12, 13 e 14 de junho, na comunidade de Soledad, decidiu pela reativação do “Comando Covid-19 Wampís”, visto que a tentativa de uma organização em nível regional não prosperou. Foi decidido criar um

Comitê de Segurança e Defesa Territorial que será coordenado pelo Pamuk, com participação de reservistas wampís, para vigilância, controle interno e externo do território, seguindo normas e critérios orientados pelo GTANW. O ex-Pamuk Wrays Pérez fica encarregado dos aspectos logísticos. Neste encontro os pré-candidatos puderam expor suas motivações e planos para governar o Distrito Rio Santiago – primeira vez em que se realiza esta ação política nas eleições distritais – para então passar pela avaliação de uma comissão julgadora do mérito das suas propostas. Após suas apresentações iniciais e considerados alguns critérios mínimos – plano de governo, composição de equipe, conduta ética e bom relacionamento com a comunidade wampís – os pré-candidatos foram orientados se pronunciar sobre diversos temas de interesse da sociedade wampís. A assembleia votou por Urias Sharup Yambisa e Pifeña Shirap, que deverão visitar as comunidades do Rio Kanús a fim de demonstrar quem encontra maior respaldo popular, e então será o candidato apoiado pelo GTANW em disputa com outros candidatos, sejam awajún ou apach (forâneo ou “mestizo”).

É comum que o Governo Autônomo Wampís emita cartas e declarações públicas, como a que fora dirigida ao Congresso e a sociedade peruana em 14 de setembro de 2020, assinadas pelo GTANW, CORPI, e ORPIAN-P. Nela destaca-se os direitos de reconhecimento pelo Estado destas nações originárias como sujeitos de direitos, uma reivindicação dos governos autônomos que gozam de legitimidade em escala regional, nacional e internacional, por meio da consolidação de capacidades para o exercício do autogoverno nos territórios integrais, respeitadas as políticas internas e o relacionamento proveitoso com o Estado.

O reconhecimento dos governos das nações originárias, inclusive por suas práticas e políticas autônomas de conservação, é necessária medida de reparação as violências históricas e estruturais o que necessariamente implicaria com uma reforma constitucional, visto que a Constituição de 1993 reconhece apenas a comunidades nativas e camponesas como forma de organização e de direitos territoriais.

A carta teve como argumento central o reconhecimento da personalidade jurídica dos povos e suas instituições de governo, por meio da proposta da “Ley de Reconocimiento del Derecho Intrínseco a la Personalidad Jurídica de los Pueblos Indígenas y Afrodescendientes”, apresentada a Comissão de Povos Andinos,

Amazônicos, Afroperuanos, Ambientes e Ecologia (CPAAAAE)¹⁸. A busca da Nação Wampís pela segurança e personalidade jurídica sobre o autogoverno do seu território integral está em compasso com as dinâmicas globais de luta pela defesa da diversidade de culturas e naturezas. A carta destaca os 100 anos da promulgação da Constituição de 1920 que reconheceu por primeira vez as comunidades indígenas e os 25 anos da entrada em vigência do Convênio 169 da OIT.

4.4 Extrativismos locais/regionais ilegais

O último grupo de ações – sobre Extrativismos Locais/Regionais Ilegais – inclui aquelas de oposição a todo extrativismo predatório: o corte de madeira¹⁹, sejam madeiras aos milhões de metros cúbicos e transportadas em direção a fronteira do Equador²⁰. Nenhuma comunidade do Kanus e Kankaim conta com “permiso forestal” vigente que autorize a extração controlada e limitada de madeira. Esta ofensiva externa para extração de madeira se dá pelo Rio Kanús, o que necessariamente se faz passando pelo Posto Militar Cahuide, um dos vários no território wampís. O fazem utilizando grandes embarcações chamadas “pongueiros” sem nenhuma obstrução das autoridades estatais.

O comércio ilegal de madeira “topa”, também chamada de “boya”, “balsa” ou “tucu” foi tratado também em reunião realizada entre representantes do GTANW e do Governo do Povo Shuar Arutam (Equador) no centro de coleta da “Asociación de Productores Agropecuarios y Acuícolas Wampis (ASPAAW)”, próximo a fronteira entre Equador e Peru, no dia 12 de novembro de 2020. A decisão

¹⁸ Para ler a proposta de “Ley de Reconocimiento del Derecho Intrínseco a la Personalidad Jurídica de los Pueblos Indígenas y Afrodescendientes” acesse: <https://nacionwampis.com/wp-content/uploads/2020/06/propuesta-LEY-RECONOCIMIENTO-PERSONALIDAD-JURIDICA-DE-LOS-PPII.pdf>. Ver também, a “Propuesta de Ley de Autoidentificación y Registro de la Personalidad Jurídica de Pueblos Indígenas u Originários, y Pueblos Afroperuanos, organizada por várias organizações indígenas e camponesas do Peru: <https://www.derechoysociedad.org/wp-content/uploads/2020/12/Propuesta-PL-Autoidentificacion-Personalidad-Juri%CC%81dica.pdf>

¹⁹ Sobre a “tala ilegal” de madeiras ver notícia “Nación Wampis rechaza extracción ilegal de madera y apuesta por la reforestación”. Disponível em: <https://nacionwampis.com/nacion-wampis-rechaza-extraccion-ilegal-de-madera-y-apuesta-por-la-reforestacion/>

²⁰ Sobre o caso ver as redes sociais do GTANW e a notícia “GTANW plantea al estado peruano realizar operativo conjunto en la frontera con Ecuador para enfrentar el comercio ilegal de madera”, disponível em: <https://nacionwampis.com/gtanw-plantea-al-estado-peruano-realizar-operativo-conjunto-en-la-frontera-con-ecuador-para-enfrentar-el-comercio-ilegal-de-madera/>

foi mobilizar as rondas e “fuerzas comunitárias” para defender o território e seus direitos das ameaças de madeireiros ilegais. O GTANW fez pública a intimidação de madeireiros quando interpelados, foram feitas ameaças dos madeireiros de atacar a casa e a família do então Pamuk Wráys Pérez Ramírez. Por estar razões, em 23 de novembro se deu uma segunda mobilização das “forças coletivas” para fechar a navegação no Rio Kanus, a fim de capturar as embarcações carregadas de madeira, tendo como centro de operação a Comunidade de Soledad.

No dia 24 de novembro “comuneros” wampís interceptaram sete barcos que transportavam madeira extraída ilegalmente. A exploração ilegal de madeira contou com a cumplicidade de alguns membros das “rondas campesinas” dos “centros poblados” de La Poza e Unanga, no Baixo Santiago, que teriam emitido “cartas de autorização” nominalmente dirigidas aos atravessadores equatorianos, a fim de facilitar seu trânsito ilegal pela fronteira, o que acontece apesar dos postos militares existentes antes do Porto Minas, onde caminhões embarcam a madeira já em solo equatoriano. Segundo Gerónimo Petsain, responsável pelo programa de monitoramento ambiental do Governo Kanús do GTANW, diariamente entre 7 e 10 embarcações saem carregadas de La Poza, contendo entre 500 e 600 toras. Não houve manifestação e resposta as denúncias do GTANW, seja da “Fiscalía Especializada en Materia Ambiental” (FEMA), do Exército, dos Ministérios do Interior e da Defesa, o que indica sua omissão, passividade e cumplicidade diante do delito.

Em 11 de novembro de 2020 o GTANW teria enviado uma carta para as autoridades ambientais dos “departamentos” Loreto e Amazonas. Como agravaante, a Federação de Comunidades Awajún de Santiago (FECAS – Belén) – que representa a 22 comunidades awajún²¹ – a nome de seu presidente dirige uma carta²² (CARTA n. 35 – 2020 / FECAS) ao GTANW e outras instituições, admitindo associação ao corte e comércio ilegal de madeira:

²¹ São elas: Belén, Fortaleza, Kugkumin, Isla Grande, Yuminas, Santa Rosa, San Rafael, Punpuná, Gereza, Nueva Alianza, Ajutap, Kagkas, Sawi Entsa, Yujamkim, Kayamas, Democracia, Kamit Entsa, Yutupis, Alto Yutupis, Nueva Jerusalen, Achu, Manseriche.

²² Ver “Wampís del Santiago confiscan madera extraída ilegalmente y esperan presencia de autoridades para evitar enfrentamientos” (GTANW, 2020), disponível em: <https://nacionwampis.com/wampis-del-santiago-confiscan-madera-extraida-ilegalmente-y-esperan-presencia-de-autoridades-para-evitar-enfrentamientos/>

PRIMERO: Los awajun de la CUENCA KANUS (Rio Santiago) hemos entrado a negociar la venta de la topa, con empresas Ecuatorianas, ya que, hay una necesidad emergente de la población para paliar las carencias económicas que ha generado el COVID-19 en nuestras comunidades. Es por ello que vamos a seguir trabajando este recurso que en nuestro país no tiene mercado ni ha servido como madera de uso cotidiano. SEGUNDO: Las medidas que ha tomado la NACION WAMPIS en su cumbre Extraordinaria del día 5 al 8 noviembre del 2020, para la jurisdicción de FECAS, no tiene efecto de obligatoriedad para cumplir, por la sencilla razón de que no nos representa ya que somos otro pueblo y tenemos nuestra propia FEDERACION, que nos representa y defiende nuestros intereses y derechos.

O GTANW, no dia 2 de dezembro de 2020, reportou o sequestro de dirigentes e estudantes da “Escuela de Formación de Líderes Sharian”. Este grupo wampís foi surpreendido quando se deslocavam a San Juan de Morona, porém foram impedidos de continuar quando chegaram em Porto Minas, na margem esquerda e equatoriana do Rio Kanús. Nos dias 18 e 19 de março de 2021, na comunidade de Galilea (Rio Kanús), iimarus das comunidades, líderes, sábias e sábios, se reuniram para discutir sobre o corte ilegal de madeira no território wampís. No conjunto das ações internas a luta contra atividades extrativas e ilegais é a que representa maior desafio, a realidade das fronteiras amazônicas, ofensivas das economias ilegais de madeiras, mineradoras e garimpeiros e o tráfico de drogas ilícitas, que geram violências, conflitos e a divisão de comunidades e territórios. Neste contexto, a reunião deliberou pela criação de comitês Comunitários de Vigilância e Controle Florestal em cada uma das comunidades tituladas, que deverão comunicar sua organização ao GTANW e fazer registro formal junto a ARA/Amazonas, iniciativa que busca fortalecer o monitoramento ambiental na bacia do Rio Kanús.

O acirramento do conflito com madeireiros gerou ameaças de morte, intimidações e, são suspeitos do sequestro de uma criança de 6 anos de idade, da comunidade *Chinkianas* (“Boca Chinganaza”), no dia 4 de maio de 2021. Seus pais perceberam após algumas horas a falta da filha, que como outras crianças circulam livremente no interior da comunidade. Segundo o GTANW, esta atividade ilegal traz consigo o aumento de casos de violências.

A atividade econômica ilegal de corte de madeira vem causando – desde 2019 quando se expande para todo Rio Kanús – enormes danos na sociedade wampís, sejam eles relativos a destruição da floresta, a fragmentação e divisionismo

entre autoridades e comunidades, o lucro privado para os que exploram a madeira enquanto recurso., substituída por alternativas econômicas desejáveis para a reprodução material, como a produção de banana (*pantam*), mandioca (*mama*) e “cacao”. Este saque ao território wampís deve ser interrompido para que não se expanda exponencialmente, ou, a ele se somem outras atividades ilegais, como tráfico de armas e munições, drogas ilícitas e álcool, garimpo, exploração sexual.

O GTANW em coordenação bilateral com o Conselho de Governo do Povo Shuar Arutam (CGPSHA) participou de duas reuniões, a primeira nos dias 28 e 29 de junho 2021 na localidade “Tiwintza” e a segunda em 2 de julho na sede do “Servicio Nacional de Áreas Naturales Protegidas por el Estado” (SERNANP). Os encontros trataram das ações de contenção da pandemia de Covid-19 e do corte ilegal de madeira. O GTANW propôs o fechamento da fronteira, para entradas e saídas, entre os dias 29 de junho e 29 de julho, o que implicaria: a suspensão de toda circulação derivada do intercâmbio comercial entre o Peru e Equador; cancelar toda atividade que implique a passagem de fronteira; postergar compromissos institucionais, interinstitucionais e políticos presenciais, e priorizar o cuidado à população vulnerável, especialmente os mais velhos, as crianças e a juventude.

A resistência Wampís se dá diante das ameaças de atividades, comuns nas fronteiras amazônicas: o tráfico e o contrabando de armas, munições, drogas ilícitas e álcool, sequestros e “trata de personas”. No tempo presente sua autonomia territorial é desafiada especialmente pelas indústrias Estado-capitalistas, organizadas para exploração de “recursos naturais”: ouro de minerado ilegalmente usando metais tóxicos, como denunciou o GTANW, em 2017, o garimpo²³ na “Quebrada Pastacillo” e na Comunidade de Yutupis, com a conivência de autoridades da própria comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passados os primeiros anos do GTANW, segundo Noningo (2021b) – em artigo publicado no jornal comunitário Nakumak²⁴ – os maiores desafios do

²³ Ver o curta “Queremos vida sana, no contaminación” (CARRILLO, 2020), produzido pelo GTANW, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=J_vY-NzRxFc

²⁴ Esta publicação quadrimestral é distribuída nas comunidades dos rios Kanús e Kankaim, e conta com a contribuição do autor deste artigo. A três primeiras edições podem ser consultadas em:

tempo presente para a Nação Wampís dizem respeito a defesa da integridade territorial e da unidade do governo autônomo. Os conhecimentos wampís, entre eles os compreendidos como da “autonomia” são ontológicos e constitutivos da sua cultura em natureza em temporalidades da longa duração da vida em seu território frente a outras nações autônomas em todo mundo²⁵. A reconstrução da “autonomia originária” é a capacidade da ação insubordinada para um desenvolvimento comum, no contexto de intensificação e aceleração da expansão de fronteiras coloniais, dos fluxos de matéria, energia e trabalho sobre a natureza pluricultural das Amazônias.

O uso de dinheiro, as trocas monetárias e a inserção em economias de mercado levam a dependência e insegurança para as famílias wampís. A terceira geração Wampís de escolarizados pela educação oficial sofre a perda de conhecimentos e práticas ancestrais, também sobre a própria natureza e floresta, as variedades de técnicas e cultivos, das tradições orais e das medicinas Wampís. A migração de jovens para centros urbanos de outras províncias e estados, ou a ênfase dada à profissionalização como meio e fim de realização, em consonância com o racismo metropolitano desvaloriza os modos de vida wampís.

A Nação Wampís possui os conhecimentos para conviver com a natureza, incluídas as pessoas humanas (*shuar*), relações espirituais entre corpos físicos e cosmológicos, e os mundos oníricos acessados pela visão e os sonhos. Uma unidade humano-natureza, profunda relação metabólica, ecossistêmica, rizomática: oposição à lógica da razão instrumental, colonial, razão do Estado (REGAN, 2010; ARÁOZ, 2013) que reduz a diversidade de existências e poder das experiências, gerando medo e terror (CALVEIRO, 2014).

<https://nacionwampis.com/etiqueta/nakumak/>

²⁵As autonomias são tantas quanto são as nações originárias, pois ainda que finitas, virtualmente inumeráveis: o Conselho Regional Indígena do Cauca (CRIC/Colômbia); o Município Autônomo de Cherán K’eri do Povo Purépecha ou os Caracóis e Juntas de Bom Governo Zapatistas no México; dos Munduruku, Kaingang, K’apor, Tupinamba, Terenas, Guaranis (Brasil); Laikipia Massai (Quênia); Naga (Índia); Povo Limbu (Nepal); a República de Sakha (Yakutia) na Rússia; Povo Sámi (Sápmi); Inuit (Groenlândia); Nunavut (Canadá); Capulalpam de Méndez, Ixtlán, Oaxaca (México); Ayutla de los Libres (México); Sand André de Totoltepec Tlalpan (México); Miskitu (Nicaragua); Nação Kuna (Panamá); Povo Embera (Colômbia); Rapa Nui (Chile); Guaraní de Charagua-Iyambae (Bolívia), entre outros.

Segundo Shapiom Noningo²⁶: “La nación Wampís construye, destruye, conduce, lidera su destino común y colectivo y el Estado está convocado a apoyar en los espacios que se considere pertinente, pero de la forma y como quiera la nación Wampís”. Esta postura critica a normalidade, estabilidade e previsibilidade do poder atribuído à natureza do Estado. Tais resistências não é circunstancial, fortalece o tecido social, identifica necessidades de médio e longo prazo, realiza a recuperação de terras e territórios degradados pela exploração colonial, de memórias e ensinamentos e, portanto, é rica em sentido pedagógico. São “novos paradigmas” (CAL Y MAYOR, 2010) pois criam constantemente práticas, métodos, novos horizontes de futuro. São também universos conceituais, constelações de categorias ancestrais capazes de governar o pensamento e a ação nos territórios dos povos indígenas e das sociedades nacionais.

Neste movimento de forças antagônicas, são mobilizadas constantemente políticas de contrainsurgência; racismo institucional e estrutural; genocídio; etnocídio, e epistemicídios (SANTOS, 2003). São séculos de confrontos, massacres e barbáries de guerras culturais intermináveis para imposição de convênios políticos e supostos pactos sociais de fundação do Estado, jamais resultado da livre determinação dos povos indígenas. É equivocado dizer que os povos indígenas aceitaram qualquer pacto. Portanto, a autonomia permitiria que os povos indígenas definam a substância e forma da sua personalidade jurídica e política, inclusive como forma de enriquecer e representar a realidade das sociedades nacionais, não aquela arbitrária e imposta. As autonomias e governos indígenas são contribuições da experiência humana para o arranjo dos pactos sociais, sejam constituições políticas ou outros ordenamentos jurídicos orientados a justiça e dignidade.

Um ponto central das autonomias indígenas – como direito natural em sua essência anterior ao Estado – é a restituição e a recuperação de territórios. As regiões administrativas criadas pelos Estados foram impostas, sejam suas fronteiras externas ou internas. A lógica estatal, com seus meios e conteúdos de distribuição e reprodução de poder não são próprios para a descolonização das relações. O colonialismo interno, difuso e policêntrico, obedece a redes de hierarquia e

²⁶ Ver notícia “La nación Wampís desafía a la pandemia y convoca y reta al Estado Peruano”, publicada pelo GTANW (2020), disponível em: <https://nacionwampis.com/la-nacion-wampis-desafia-a-la-pandemia-y-convoca-y-reta-al-estado-peruano/>

mando multidimensionais, associadas aos consórcios internacionais ou a agentes regionais, especuladores e mediações nos distritos e localidades nos países. As narrativas de Estado sobre igualdade e isonomia entre todos os cidadãos de uma nação *mestiza* monocultural encontram oposição nos processos autonômicos que ousam romper as redes de relações e meios (de produção de relações) dos grupos de poder. Transcendem as fronteiras dos “outros”, “indígenas”, fronteiras culturais da alteridade hegemônica ocidental. As autonomias indígenas são atos constituintes de pactos sociais, apesar da refundação dos Estados e suas constituições políticas.

A disputa de poder com grupos políticos regionais, poderes paraestatais, não é possível apenas pelos marcos institucionais do Estado pois estes estão construídos por lógicas e ideologias *mestizas* e coloniais que impedem uma “cidadania étnica”, nos termos de López Bárcenas (2008). Não se trata apenas de ocupar o Estado, senão construir contrapoderes desde autonomias em comunidades e territórios autônomos. Tornar-se sujeito político e de direitos plenos para decidir sobre a vida dos territórios vividos, alterando simultaneamente as regras de relação com as demais sociedades e governos. É, portanto, dispersar o poder, seu exercício direto pelas nações originárias. Uma espécie de descentralização que fortalece heteronomias no transformar das relações entre povos (indígenas) e nações. Construir autonomias é opor-se às políticas de Estado. É não aceitá-las como dadas, como naturais e definitivas. É tecer redes de poder capazes de resistir a investidas, assédios e/ou reações de forças hegemônicas, como o Estado. As demandas nacionais dos povos indígenas se apresentam para defesa de recursos naturais do controle de empresas transnacionais, em oposição a projetos desenvolvimentistas, extrativistas e qualquer forma de mercantilização e colonização da vida.

A palavra da potência autônoma wampís transcende a si mesma, comunica com a natureza da qual emana, habita e é parte. Após séculos de resistência à colonização são ricos os conhecimentos dos povos indígenas em sua cultura política de defesa de seus direitos. Sua cultura é política e ontológica, uma memória histórica substrato e suporte das categorias próprias de compreensão da vida e das relações sociais.

A ideia de igualdade jurídica dos cidadãos própria do liberalismo e das políticas indigenistas é insuficiente para o reconhecimento dos povos racializados como sujeitos coletivos de direitos. As autonomias das nações originárias são compromissos e responsabilidades que apelam para a extinção ou refundação dos

estados, a correção de injustiças e dívidas históricas da hegemonia monocultural em sociedades pluriculturais. Como podemos aprender com a Nação Wampís, a luta por autonomia é ontológica e civilizatória. Não tem volta um povo que deixa de existir, como o caso do Povo Juma, que perdeu seu último membro com a morte de Aruká Juma em decorrência da pandemia de Covid-19. A Nação Wampís decide não esperar passivamente do Estado sua realização ou entregar sua potência enquanto povo. Exige do Estado o cumprimento das suas atribuições sobre e para os cidadãos e sujeitos de plenos direitos, especialmente para as e os wampís.

REFERÊNCIAS

ARÁOZ, H. M.; Minería, modernidad y colonisismo: una aproximación a la naturaleza mineral del orden colonial moderno. In: HOETMER, R. *et al.* (Edit.). *Minería y movimientos sociales en el Perú – instrumentos y propuestas para la defensa de la vida, el agua y los territorios*. Lima: Programa Democracia y Transformación Global/CooperAcción, 2013.

BARCLAY, F. Estudio de caso sobre protocolo autónomo de consulta indígena en países de América Latina: Perú. In: MILLALEO, H. S. (Edit.). *Protocolos Autonómicos de Consulta Previa Indígena en América Latina: estudios de caso en Bolívia, Brasil, Chile, Colombia, Honduras, México y Perú*. Copenhague: IWGIA, 2020. p. 266-83.

BARCLAY, F.; GARCÍA HIERRO, P.; PALOMINO, M. H. *Crónicas de un engaño: los intentos de enajenación del territorio fronterizo awajun en la cordillera del Condor a favor de la Minería*. Lima: IWGIA, 2009.

BARCLAY, F.; SANTOS-GRANERO, F. Bultos, selladores y gringos alados: percepciones indígenas de la violencia capitalista en la Amazonía peruana. *Anthropologica del Departamento de Ciencias Sociales*, v. XXVIII, n. 28, p. 21-52, 2010.

CAL Y MAYOR, A. B. Autonomía: la emergencia de un nuevo paradigma en las luchas por la descolonización en América Latina. In: GONZÁLEZ, M.; CAL Y MAYOR, A. B.; ORTIZ-T., P. (Edit.). *La autonomía a debate: autogobierno indígena y Estado plurinacional en América Latina*. Ecuador: FLACSO, 2010. p. 597.

CALVEIRO, P. Repensar y ampliar la democracia. El caso del Municipio Autónomo de Cherán K'eri. *Argumentos*, Cidade do México, v. 27, n. 75, p. 193-212, 2014.

CARRILLO, K. *Queremos vida sana, no queremos contaminación*. Peru: GTANW, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=J_vY-NzRxFc. Acesso: 30 ago. 2021.

CLASTRES, P. *Arqueologia da violência – pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

DESHOULLIÈRE, G.; UTITIAJ PAATI, S. Acerca de la Declaración sobre el cambio de nombre del conjunto Jívaro. *Journal de la Société des Américanistes*, [s.l.], v. 105, n. 2, p. 167-79, 2019.

GARCÍA-RENDUELES, M. *Yaunchuk: universo mítico de los huambisas*, Kanús Río Santiago. Lima: CAAAP, 1999.

GARRA, S.; RIOL GALA, R. Por el curso de las quebradas hacia el territorio integral indígena: autonomía, frontera y alianza entre los awajún y wampis. *Anthropologica del Departamento de Ciencias Sociales*, Lima, v. XXXII, n. 32, p. 41-70, 2014.

GÓMEZ, T. Repensando el Estado y la política desde la autonomía indígena: la construcción del Gobierno Territorial Autónomo de la Nación Wampis. *Debates en Sociología*, Lima, n. 47, p. 187-218, 2019.

GTANW. Estatuto del Gobierno Territorial Autónomo de la Nación Wampis: en memoria de nuestros ancestros y por nuestro derecho a la libre determinación como pueblo y nación. Soledad: GTANW, 2015.

GOBIERNO TERRITORIAL AUTÓNOMO DE LA NACIÓN WAMPÍS [GTANW]. *La nación Wampis desafía a la pandemia y convoca y reta al Estado Peruano*. Peru: GTANW, 2020. Disponible em: <https://nacionwampis.com/la-nacion-wampis-desafia-a-la-pandemia-y-convoca-y-reta-al-estado-peruano>. Acesso em: 20 out. 2020.

GOBIERNO TERRITORIAL AUTÓNOMO DE LA NACIÓN WAMPÍS [GTANW]. *Balance de cinco años de gestión del Gobierno Territorial Autónomo de la Nación Wampis*. Peru: GTANW, 2021.

INOACH SHAWIT, G. *Entre la dependencia y la libertad: Siempre Awajún*. Lima: Nia Tero, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMÁTICA [INEI]. Censos Nacionales 2017: XII de Población, VII de Vivienda y III de Comunidades Indígenas. Lima: INEI, 2018.

LÓPEZ-BÁRCENAS, F. *Autonomías indígenas en América Latina*. Cidade do México: MC Editores, 2008.

NONINGO, S. La Nación Wampis desafía a la pandemia y convoca y reta al Estado Peruano. *Lucha Indígena*, [s.l.], p. 6-7, 2020.

NONINGO, S. Autonomía y gobierno propio de los pueblos indígenas. *In: ¿Cómo entendemos nuestros derechos? Ciclo de charlas sobre derechos de los pueblos indígenas*. Lima: Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica, 2021a.

NONINGO, S. La reconstrucción de la autonomía: algunos avances y grandes desafíos de la reconstrucción de la autonomía. *Nakumak: Boletín Informativo del GTANW*, p. 1, 2021b.

NONINGO, S.; BARCLAY, F. El camino de la autonomía de la Nación Wampís. *In: GONZÁLEZ, M. et al. (Edit.). Autonomías y autogobierno en la América diversa*. 1. ed. Quito: Abya-Yala, 2021. p. 571-89.

PÉREZ, W.; DELGADO, D. Autonomías indígenas en la Amazonía peruana: la experiencia del pueblo wampís. *Debates en Sociología*, Lima, n. 49, p. 121-38, 2019.

PITMAN, N. *et al.* Perú: Cerros de Kampankis. Inventarios biológicos e sociales rápidos. [Informe n. 24]. Chicago: The Field Museum, 2012.

REGAN, J. Los awajún y wampís contra el Estado: una reflexión sobre antropología política. *Investigaciones Sociales*, v. 14, n. 24, p. 19-35, 2010.

REPÚBLICA DO PERU. *Ley de Comunidades Nativas y de Desarrollo Agrario de la Selva y de Ceja de Selva*. Peru, 1978.

SEMINARIO, B. *El desarrollo de la economía peruana en la era moderna: precios, población, demanda y producción desde 1700*. 1. ed. Lima: Universidad del Pacífico, 2015.

SURRALLÉS, A.; RIOL GALA, R.; GARRA, S. *Informe antropológico sobre la continuada existencia de la nación Wampís y su territorio*. Lima: GTANW, 2017.

ROMIO, S. Entre discurso político y fuerza espiritual. Fundación de las organizaciones indígenas awajún y wampis (1977-1979). *Anthropologica del Departamento de Ciencias Sociales*, Lima, v. XXXII, n. 32, p. 136-58, 2014.

SANTOS, B. S. *Crítica de la Razón Indolente: contra el desperdicio de la experiencia*. Bilbao: Editorial Desclée, 2003.

TAYLOR, A. C. Remembering to forget: identity, mourning and memory among the Jivaro. *Man, New Series*, v. 28, n. 4, p. 653-78, 1993.

TUESTA, E. Ubicación y situación territorial de los pueblos indígenas en el Perú. Caso concreto de la Amazonía noroccidental. *In: ¿Cómo entendemos nuestros derechos? – ciclo de charlas sobre derechos de los pueblos indígenas*. Lima: Centro Amazónico de

Antropología y Aplicación Práctica (CAAAP), 2021. p. 59-78. Disponível em: <https://www.iwgia.org/es/recursos/publicaciones/3979-%C2%BFc%C3%B3mo-entendemos-nuestros-derechos.html>. Acesso em: 20 maio 2020.

VELASCO, J. *Historia del Reino de Quito en la América Meridional*. Quito: El Comercio, 1789. V. 1.

Sobre o autor:

Leandro Bonecini de Almeida: Doutor pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestre em Estudos Latinoamericanos pela Universidade Nacional Autônoma do México. Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área da geopolítica dos conflitos sociais, ambientais e territoriais na América Latina, com ênfase naqueles oriundos da exploração de recursos naturais. **E-mail:** leandrobonecini@hotmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-1434-2816>

Recebido em 7 de junho de 2021

Aprovado para publicação em 9 de setembro de 2021